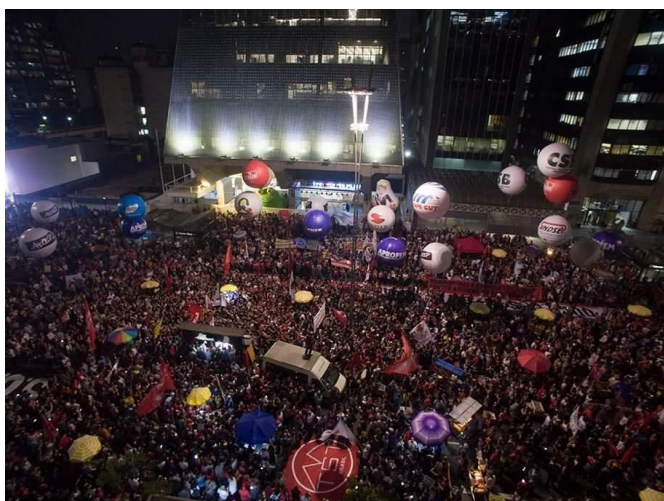


## **BOLETIM 811**

**Brasília, 17 de junho de 2019**



## **Manifestações contra a 'reforma' da Previdência mobilizam cerca de 45 milhões de pessoas**

*Atos foram realizados nas capitais e em 375 cidades do Brasil. Em São Paulo, cerca de 50 mil estiveram na Avenida Paulista no começo da noite, segundo organizadores*

Mais de 45 milhões de brasileiros cruzaram os braços e aderiram à greve geral desta sexta-feira (14), em repúdio à proposta de “reforma” da Previdência do governo Bolsonaro, segundo representantes das centrais sindicais. Houve atos em mais de 375 cidades do país, incluindo as capitais, como mostra o Mapa Interativo produzido

pelo Armazém Memória e a Comissão Justiça e Paz de São Paulo.

Em São Paulo, o ato na Avenida Paulista reuniu, no começo da noite, cerca de 50 mil pessoas, de acordo com os organizadores. Na manifestação, os representantes das Centrais Sindicais disseram que o Brasil deu um recado a Bolsonaro e ao ministro da Economia, Paulo Guedes, uma mensagem clara contra a “reforma” da Previdência.

**Pelo país** - No Paraná, o dia foi de protestos nas cidades de Curitiba, Ponta Grossa, Matinhos, Paranavaí e Guarapuava. Ainda na região Sul, mais de 30 mil pessoas saíram em passeata pelas ruas de Florianópolis, contra as mudanças na aposentadoria e também e contra os cortes na educação. “A nossa luta unificou, é estudante junto com trabalhador”, diziam os manifestantes. No Rio Grande do Sul, houve atos na capital Porto Alegre e em dezenas de cidades do interior do estado.

Na região Nordeste, houve manifestações em João Pessoa, Salvador, Aracaju e Natal, além de dezenas de cidades do interior. No Rio de Janeiro, o principal palco das manifestações foi a Candelária, no centro, que ficou lotada de manifestantes, além de atos nas cidades de Paraty e Campos de Goytacazes.

*Fonte: Rede Brasil Atual*

## **Sem capitalização e manter idade mínima não basta, dizem sindicalistas**

A greve convocada pelas Centrais Sindicais contra os ataques de Bolsonaro e seu ministro da Economia Paulo Guedes à aposentadoria de milhões de brasileiros tomou conta do país, com paralisações, protestos e manifestações em todos os estados e no Distrito federal.



“O recado foi dado, e queremos que seja levado em conta”, comentou o secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, o Juruna.

“Acho que a greve geral atendeu à expectativa de mostrar que os trabalhadores estão descontentes”, disse o sindicalista em coletiva de imprensa e manifestação das Centrais em frente à sede do INSS em São Paulo, após um balanço das primeiras horas da greve.

Questionado sobre as mudanças na proposta do governo feitas pelo relator da PEC 6 na comissão especial da Câmara, que entre outros itens, retira a capitalização, o presidente da CUT, Vagner Freitas, afirmou que o projeto continua ruim. “Não adianta tirar capitalização e manter idade mínima”, disse. “Não vamos aceitar retirada de direitos”.

Ele também avaliou positivamente a greve: “O movimento de hoje deixou claro que a reforma da Previdência não tem apoio na sociedade”.

Miguel Torres, presidente da Força Sindical também ressaltou que “essa reforma da Previdência acentua a desigualdade e prejudica os mais pobres. O governo quer que os brasileiros contribuam mais e recebam menos. É inaceitável”.

Para o secretário de Relações Internacionais da CTB, Nivaldo Santana, “não podemos aceitar esse samba de uma nota só, dizendo que a reforma é uma panaceia para todos os males. A Previdência deve garantir o sistema de repartição, os direitos. O importante é estabelecer uma mesa de negociação no parlamento, e que as opiniões dos trabalhadores sejam consideradas.”

O secretário-geral da Intersindical, Edson Carneiro, o Índio, disse que mesmo com as mudanças propostas pelo relator da PEC, “não temos nenhuma razão para não seguir na luta”. Ela “manteve as crueldades, como idade mínima, redução do valor da pensão e mudança na forma de cálculo”.

*Fonte: Portal Vermelho*

## **STF suspende todos os processos do país que envolvem demissão imotivada em estatais**

O ministro Alexandre de Moraes, do STF, decidiu suspender todos os processos do país em que se discutem demissões imotivadas de funcionários públicos contratados por concurso. Na prática, os empregados de estatais e de sociedades de economia mista admitidos por concurso não podem ser demitidos sem motivo enquanto o plenário da Corte não definir se esta ação das empresas é constitucional. A definição da matéria pode repercutir na Petrobras e na Caixa Econômica.

“Decreto a suspensão do processamento de todas as demandas pendentes que tratem da questão em tramitação no território nacional”, escreveu Moraes no despacho. A decisão foi proferida em recurso de empregados demitidos em 1997 pelo Banco do Brasil. Eles tiveram recurso negado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST).

No recurso, os autores argumentaram que sociedades de economia mista não podem praticar a dispensa imotivada de seus funcionários, já que obedecem aos princípios constitucionais da legalidade, da moralidade e da publicidade, do artigo 37 da Constituição. Eles sustentam também que há precedente do plenário do STF segundo o qual essas empresas devem motivar as demissões.

Em dezembro, Moraes, relator do caso, decidiu que a matéria é constitucional. “Os consistentes argumentos colocados pela parte agravante recomendam que a matéria tenha sua repercussão geral apreciada”, disse. “De fato, está presente matéria constitucional de indiscutível relevância, com potencial de afetar milhares de relações de trabalho e de repercutir na atuação dos bancos públicos no mercado financeiro.”

*Fonte: Rede Brasil Atual*



## Governo Bolsonaro ataca especialistas da OIT

**Entidade examina as suspeitas de que o Brasil teria violado direitos dos trabalhadores**

Num discurso duro e numa reunião agitada, o governo de Jair Bolsonaro atacou os especialistas da OIT, acusando os peritos da entidade de não serem nem imparciais e nem objetivos. As críticas foram apresentadas por Bruno Dalcolmo, secretário do Trabalho, no sábado em Genebra. A informação é do Portal Uol.

A entidade examina as suspeitas de que o Brasil teria violado direitos dos trabalhadores ao aprovar as "reformas" e deve anunciar sua recomendação ao governo na próxima semana. Mas o governo diz que, se eventualmente for considerado como violador de convenções trabalhistas, a entidade estará cometendo um "erro histórico" e insinua que critérios políticos "de alguns poucos" poderiam estar pesando.

Apesar da opção do Brasil atacar a OIT, foi a UE e seus 28 países que saíram em defesa da entidade e de seus peritos. Sem citar o governo Bolsonaro, Bruxelas alertou que uma crítica aos peritos não era a forma de fazer avançar o debate. "A UE e seus estados apoiam os padrões da OIT, seu mecanismo de supervisão e nos manteremos firmes contra qualquer tentativa de enfraquecer ou minar o sistema", disse, num recado indireto à estratégia usada pelo governo Bolsonaro.

**Impacto** - Para a UE, a supervisão "é crítica para a credibilidade da organização. "Pedimos que todos mantenham uma posição construtiva e que cumpram as leis desse mecanismo", disse o bloco. Ao longo de horas, um total de 48 delegações



pediram espaço para se pronunciar diante do exame do Brasil. Marc Leemans, representante do grupo de trabalhadores na OIT, não poupou críticas ao governo brasileiro. "Vemos uma destruição sem precedentes dos mecanismos de negociações coletivas e mesmo da democracia", disse.

Para ele, a "reforma" trabalhista teve impacto "catastrófico" e citou dados do IBGE apontando para o aumento do desemprego até abril, com 13,2 milhões de pessoas sem trabalho. Segundo Leemans, a cobertura de direitos caiu e o desemprego aumentou. O representante trabalhista, portanto, considera que a "reforma" foi "devastadora" e alertou que, se o governo não mudar, a "situação vai piorar". Na avaliação de Leemans, Brasília precisa "entender os sinais da greve" de 14 de junho.

Brian Finnegan, representante dos trabalhadores americanos e canadenses, também atacou a "reforma" trabalhista e fala do "desmantelamento" de direitos. "Esse governo eliminou o Ministério do Trabalho", lembrou. Claudia Hofmann, representante dos trabalhadores da Alemanha, criticou o governo Bolsonaro. "Há uma política de polarização", alertou.

*Fonte: Portal Vermelho*



## Joaquim Levy, presidente do BNDES, pede demissão

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Joaquim Levy, pediu hoje (16) demissão do cargo. Em mensagem enviada ao ministro da Economia, Paulo Guedes, Levy solicitou desligamento da presidência do banco.

"Solicitei ao ministro da Economia, Paulo Guedes, meu desligamento do BNDES. Minha expectativa é que ele aceda. Agradeço ao ministro o convite para servir ao País e desejo sucesso nas reformas", disse.

Levy agradeceu ainda aos funcionários do BNDES, "que têm colaborado com energia e seriedade para transformar o banco, possibilitando que ele responda plenamente aos novos desafios do financiamento do desenvolvimento, atendendo às muitas necessidades da nossa população e confirmando sua vocação e longa tradição de excelência e responsabilidade".

Sábado (15), Bolsonaro disse que Levy estava "com a cabeça a prêmio há algum tempo. Estou por aqui com o Levy", afirmou o presidente em frente ao Palácio da Alvorada, pouco antes de embarcar para um evento no Rio Grande do Sul.

O motivo do descontentamento, afirmou Bolsonaro, foi a nomeação do advogado Marcos Barbosa Pinto para o cargo de diretor de Mercado de Capitais do BNDES.

O presidente pediu que Levy demitisse o diretor. Para Bolsonaro, o nome não era de confiança, e "gente suspeita" não poderia ocupar cargo em seu governo. Ainda na noite desse sábado, Barbosa Pinto entregou sua carta de renúncia ao cargo. Ele foi chefe de gabinete de Demian Fiocca na presidência do BNDES, durante o governo Lula.

*Fonte: Agência Brasil*

## Alcolumbre manifesta indignação com ameaças a senadores

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, afirmou estar indignado com as notícias de que senadores estão sendo ameaçados por defenderem a derrubada do decreto que flexibiliza o porte de armas (Decreto 9.785/2019).

Na visão do presidente, é no mínimo preocupante que o direito e o dever do exercício da atividade parlamentar, legitimado pelo voto do povo, "sejam restringidos por meios covardes e, inclusive, de flagrante injustiça e afronta à segurança dos parlamentares". Davi ainda disse esperar que os que cometem esse tipo de crime repensem seus atos que pesam não só contra a pessoa de cada parlamentar, mas contra a própria manifestação democrática.

— Como presidente do Congresso, tomarei as providências necessárias para garantir a proteção e a liberdade de expressão constitucional e política de cada legislador — declarou.

Um dos articuladores para a suspensão do decreto das armas, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) denunciou que recebeu ameaças por telefone e por meio de mensagens no WhatsApp. Ele registrou um boletim de ocorrência. O projeto (PDL 233/2019) que pode suspender o decreto das armas, de autoria de Randolfe, deve ser votado no Plenário do Senado nesta terça-feira (18).

— Não vão nos intimidar! As ameaças traduzem o desespero das milícias digitais de Bolsonaro e reafirmam a importância do nosso trabalho contra o atraso civilizacional e os retrocessos representados por este governo! — afirmou Randolfe.

*Fonte: Agência Senado*



## Comissão debate impactos da reforma da Previdência entre servidores

A comissão especial da reforma da Previdência (PEC 6/19) realiza seminário nesta segunda-feira (17), na Câmara Legislativa do Distrito Federal, para debater os impactos da proposta nos servidores públicos residentes na capital. O evento atende pedido do deputado Professor Israel Batista (PV-DF).

Foram convidados para o debate: o secretário executivo do Sindicato Nacional dos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle, Unacon, Bráulio Cerqueira; o presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), Floriano Martins; - representante do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Larissa Benevides; o secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho; o presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Brasília (SindSaúde), Marli Rodrigue; o secretário de Previdência do Ministério da Economia, Leonardo Rolim; e a representante do Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro), Rosilene Corrêa.

Fonte: Agência Câmara

## Greenwald desafia procuradores: mostrem os originais das conversas

O editor do The Intercept, Glenn Greenwald, rebateu as afirmações do ministro Sergio Moro e dos procuradores da Lava Jato que insistem na tese de que os conteúdos foram adulterados.

"De novo: os participantes nos grupos LJ têm seus próprios conversas. Se qualquer coisa que publicássemos fosse alterada, eles poderiam facilmente provar: mostrar o original", escreveu ele nas redes sociais.

Moro e os procuradores dizem não reconhecer os conteúdos das conversas secretas e ilegais mantidas por eles que revela um conluio para construir provas contra o ex-presidente Lula. Apesar de afirmar que foram alvos de hackers, os procuradores não entregaram seus celulares para perícia da Polícia Federal.

"Por que eles não [mostram os originais]? Porque sabem que estão enganando ao usar insinuações que 'poderiam ser alteradas'", acrescentou Glenn.

Fonte: Brasil247

## BOLETIM CONTRICOM

Presidente

**ALTAMIRO PERDONÁ**

Secretário Geral

**MIRALDO VIEIRA DA SILVA**

Secretário de Finanças

**AROLD PINTO GARCIA**

Secretário para Assuntos de Comunicação

**WILSON GERALDO SALES DA SILVA**

Redação e Edição

**INSTITUTO DOIS CANDANGOS**